

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 199

"A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA ENTRE 1983 E 1988"

Regis Bonelli
Guilherme Luis Sedlacek

Outubro de 1990

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em fevereiro de 1990.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Coordenadoria Regional do Rio de Janeiro

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13^o/17^o andares

Rio de Janeiro/RJ

20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente o ponto de vista do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE 1983 E 1988

Regis Bonelli*
Guilherme Luis Sedlacek*

I. INTRODUÇÃO

II. BASE DE DADOS

III. RESULTADOS

IV. CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Do IPEA-RIO.

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é o de medir as mudanças recentes na distribuição da renda pessoal no Brasil. Conclui-se que a tendência de queda no Índice de Gini observada no final da década de 70 e início da de 80, e que parecia implicar uma reversão no processo de piora nos índices de concentração previamente observados, não se manteve nos anos 80. Ao longo da década de 80 observa-se que os índices de concentração, cuja tendência era crescente no início da década, mantêm esta tendência no período de análise, considerados os anos extremos: o índice de Gini da PEA com rendimento aumenta de 0,592 em 1983 para 0,612 em 1988. Um dos resultados das dificuldades econômicas e aceleração inflacionária deste período foi o fato de que os mais ricos conseguiram se proteger de forma mais adequada aumentando sua parcela na renda total.

I. INTRODUÇÃO

A evolução da distribuição de renda no Brasil tem sido objeto de debate intermitente ao longo das últimas duas décadas. A farta evidência empírica fornecida pelos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 permitiu que a discussão passasse dos aspectos de mensuração do fenômeno da concentração para a interpretação desse processo. Sem embargo, os avanços analíticos nessa segunda fase não têm resultado em respostas inteiramente conclusivas. Essa constatação, longe de representar o fracasso do esforço interpretativo, tem crescentemente estimulado a imaginação e sofisticação analítica dos grupos de pesquisadores atualmente engajados nessa área de estudo. O papel jogado por variáveis cruciais na determinação da renda — tais como a educação, variáveis relacionadas à família, mobilidade social, setor e região da atividade econômica, bem como outras variáveis demográficas — tem sido investigado em profundidade, particularmente nas análises voltadas para mudanças no longo prazo. Além dessas variáveis, outra linha de estudos tem procurado avaliar a influência da política econômica e flutuações de prazo mais curto sobre a distribuição da renda pessoal. A base empírica de ambos os tipos de pesquisa — mais especialmente do segundo — é fornecida pelas pesquisas domiciliares do IBGE: as PNAD e a PME. O acesso a tabulações especiais dessas pesquisas permite aprofundar a análise, pelo uso de dados individuais, e manter a abrangência dos resultados e conclusões. Trata-se, particularmente no caso das PNAD (anuais), de matéria-prima estatística de alto valor para estudos sobre a distribuição de renda ao longo do ciclo econômico. Aqui também, como no caso das mudanças seculares na distribuição de renda, é possível distinguir a mensuração do fenômeno e sua interpretação.

Nosso propósito neste artigo é precisamente o de medir as mudanças recentes na distribuição da renda pessoal no Brasil. Embora reconhecendo que alterações significativas e duradouras nessa distribuição só se verificam a longo prazo, tem-se também o objetivo secundário de relacionar as mudanças observadas ao desempenho da economia e à política econômica.

O período escolhido cobre os anos de 1983 a 1988, indo desde o ponto em que a atividade econômica esteve mais deprimida nos anos 80 até o último ano para o qual se dispõe de informações, após passar por uma relativamente longa fase ascendente de produção e emprego.

A seção seguinte deste artigo descreve brevemente a base de informações,

metodologia para o deflacionamento dos dados e critérios para verificar os efeitos de incorreções no registro das informações originais da amostra. A Seção III apresenta e analisa os resultados, ao passo que a Seção IV conclui o texto com alguns comentários.

II. BASE DE DADOS

Os dados de rendimento analisados cobrem os anos de 1983 a 1988, e foram obtidos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios cuja coleta é no mês de setembro. Os índices e demais características da distribuição de rendimentos foram obtidos a partir das observações individuais. Prescindiu-se, portanto, dos ajustes estatísticos e aproximações que seriam necessários caso dispuséssemos apenas das informações por grandes intervalos de renda (como nos volumes impressos das PNAD).

Tabela 1

TAMANHO DA AMOSTRA, 1983-85

ANO	TRABALHADORES OCUPADOS		OCUPADOS COM RENDA	
	Observações	Amostra Expandida	Observações	Amostra Expandida
1983	176 696	45 593 601	163 300	41 266 762
1984	180 061	47 251 647	165 647	42 703 040
1985	189 820	50 566 145	174 769	45 756 637
1986	104 394	52 090 178	97 582	48 081 210
1987	109 325	53 821 171	102 020	49 546 190
1988	108 899	54 884 384	101 758	50 710 908

Fonte: IBGE. Tabulações dos autores.

As principais tabelas deste texto referem-se aos rendimentos, de todas as fontes, dos membros da População Economicamente Ativa com rendimento não-nulo. Em apêndice apresentam-se também resultados considerando-se apenas a remuneração do trabalho. Para efeito de comparação incluímos ainda o índice de Gini para a distribuição incluindo-se os membros da PEA sem rendimento em cada um dos anos. Essa comparação tem interesse devido à recente (e gradual)

redução na proporção de indivíduos sem rendimento no total da PEA: de 12,9% em 1984 para 10,6% em 1988. Apesar do interesse que esse tema desperta, podendo refletir tanto alterações na PEA quanto a busca por ocupações remuneradas, optamos por não tratá-lo no âmbito do presente artigo.

Com a finalidade de fazer comparações de rendimentos médios reais ao longo do tempo transformamos os dados originais em salários mínimos de um determinado ano — no caso presente, 1984. Isso se justifica porque, como é apresentado na Tabela 2, o valor real do salário mínimo alterou-se no tempo. A primeira coluna da tabela mostra o valor do salário mínimo em cruzados correntes no mês de setembro de cada ano, ao passo que a segunda apresenta o deflator selecionado (INPC, do IBGE). Portanto, os valores reais das tabelas estão referidos a setembro de 1984 — isto é, estão expressos em salários mínimos de setembro de 1984. A terceira coluna apresenta o índice construído para deflacionar os dados de cada ano, com base em setembro de 1984. A última coluna da Tabela 2 revela que, à exceção de 1986, o salário mínimo (em setembro de cada ano) seguiu de perto a evolução dos preços ao consumidor conforme aferida pelo INPC. A exceção de 1986, contudo, é notável ao mostrar que alcançou-se cerca de 27% de ganho real do mínimo em relação a 1984 (e 17% em relação a 1985).¹ En passant, os dados para os anos extremos revelam uma pequena deterioração do mínimo real: cerca de 2%.

Finalmente, mas não menos importante, ao longo desta análise detetamos erros de codificação para a variável renda. Estes erros podem ser devidos ao fato de o digitador ter "entrado" um número errado de nove quando esta variável assume o valor missing. Para 1986 e anos subsequentes a variável renda deveria ser codificada com '99999999' (nove nove) quando missing. No entanto, números um pouco menores de nove são observados. Como estes valores representam rendas extremamente altas — e, em geral, associados com indivíduos cujas características ocupacionais não correspondem à renda observada — optamos por omitir os dados. Como consequência destas observações adotamos os seguintes critérios de seleção:

- em 1985, excluimos três indivíduos com renda do trabalho igual a '99999999' (oito nove);

¹Hoffmann (1989), trabalhando com um índice de preços ao consumidor do DIEESE, chega a resultados semelhantes porém um pouco menores.

- em 1987, excluimos um indivíduo com renda do trabalho igual a '99999999' (oito noves);
- em 1988, excluimos um indivíduo com renda do trabalho igual a '99999999' (oito noves), e excluimos quatro indivíduos com renda do trabalho igual a '9999999' (sete noves).

Adicionalmente, sabe-se que em 1984 o número de dígitos disponíveis para codificar a variável renda (sete dígitos) não foi suficiente para os maiores salários potencialmente observáveis. Para o caso de rendas maiores do que '9999999' (sete noves) foi codificado o valor '9999998'. Observamos 26 indivíduos na amostra não expandida neste caso. Conseqüentemente, a distribuição de renda para o ano de 1984 está truncada e inferências a respeito deste ano devem ser feitas com cautela.

Devido a esses problemas com relação à coleta e/ou digitação da variável renda, e também devido a uma menor precisão com respeito às estimativas da cauda superior da distribuição de renda, computamos e analisamos a evolução da distribuição de renda no período 1983/88 com base numa amostra alternativa que exclui a fração de 2/10.000 (0,0002) da cauda superior da distribuição de renda. Estes resultados estão denotados 'TRUNCADOS' nas tabelas do restante do trabalho e representam um teste de robustez dos resultados empíricos previamente analisados.

Tabela 2

	Salário Mínimo/ Piso Nacional de Salário Setembro (Cz\$)	INPC Deflator Utili- zado Setembro (Março 86=100)	Salário Mínimo de Set. 1984 Monetariamente Atualizado pelo INPC	Razão Coluna (1) pela Coluna (3)
1983	34,78	5,5821	33,33	1,043453
1984	97,18	16,2420	97,18	1,000000
1985	333,12	51,4230	307,66	1,082739
1986	804,00	105,7500	632,70	1,270738
1987	2400,00	406,2400	2430,54	0,987436
1988	18960,00	3093,6100	18509,09	1,024362

Fonte: IBGE.

III. RESULTADOS

Os principais resultados para o total da PEA com rendimento estão nas Tabelas 3 e 4, a seguir. A Tabela 3 apresenta o percentual da renda e a renda real segundo decis, para os 5% superiores e para o percentil superior, bem como os índices de Gini para os anos 1983/88. A primeira observação de interesse a extrair da tabela refere-se ao índice de Gini, cuja média no período (0,5955) é ainda extremamente elevada para padrões internacionais, confirmando persistir uma forte concentração da renda no Brasil. Além disso, a tendência dos valores individuais em relação a essa média não é nítida: os desvios percentuais anuais são respectivamente de -0,63%, -1,42%, +0,58%, -1,20%, -0,16%, +2,84%. Em outras palavras, 1984 foi o ano em que foi menor a concentração² (menos ainda do que em 1986, ano do Plano Cruzado), e 1988 o ano em que foi maior. Em particular, a curva de Lorenz referente aos dados deste último ano envolve completamente a de 1983, mostrando inequivocamente que todos os grupos exceto os mais ricos pioraram de posição relativa entre 1983 e 1988: o percentual da renda apropriado por cada um dos nove primeiros decis diminui quando se comparam 1983 e 1988, sendo que para a soma deles a diferença chega a aproximadamente 2% da renda total (52,74% em 1983 para 50,48% em 1988).

A evolução da concentração quando se inclui na distribuição da PEA os indivíduos sem rendimentos segue a mesma direção. Os índices anuais oscilam em torno da média de 0,6303 sem nenhuma tendência nítida de aumento ou redução. Sem embargo, o índice em 1988 é maior do que o de 1983. O aumento relativo nesse índice ao longo do período é menor do que no caso da PEA com rendimento devido ao fenômeno, já apontado, de perda de importância dos "sem rendimento" no total da PEA no período sob consideração. Isso reflete a redução do desemprego no período, bem como os efeitos da migração rural-urbana e conseqüente monetização de renda auferida.

A análise da evolução do rendimento real revela outro conjunto interessante de resultados. Inicialmente, observa-se que o rendimento médio da PEA aumentou 14,72% entre 1983 e 1988 (2,78% ao ano), mas com amplas flutuações na comparação entre anos consecutivos. Assim é que, partindo dos

²Notar, no entanto, que a distribuição está truncada no extremo superior, pelas razões descritas na seção anterior.

níveis extremamente deprimidos de 1983 a renda média diminui ainda mais em 1984 (em cerca de 1,5%) fenômeno esse que caracteriza sejam decis inferiores, sejam decis superiores da distribuição de renda (há ganhos apenas no 2º, 3º, 6º e 7º decis): até mesmo o percentil superior, que raramente experimenta perdas de renda, teve sua renda média reduzida em cerca de 7%. A recuperação da renda em 1985 foi notável: 15,94%. Todos os extratos experimentaram aumento do rendimento médio, especialmente os superiores — o percentil superior teve aumento de aproximadamente 24%.

A Tabela 4 ilustra o processo de concentração entre 1983 e 1988 ao agrupar os percentis em três grandes grupos: 30% inferiores (cujas rendas médias são, exceto em 1986, da ordem de 0,5 a 0,6 do salário mínimo), 40% seguintes (idem, 1,6 a 1,9) e 30% superiores (idem, 7,5 a 9,0 salários mínimos). Com efeito, à medida que se passa das classes mais pobres para as mais ricas tem-se ganhos de renda real que vão de 10 a 15%.

O ano de 1986 caracterizou-se, como é bem sabido, por substanciais ganhos de renda real para todos os segmentos da PEA. Os ganhos para os mais pobres, no entanto, foram um pouco maiores do que os dos mais ricos. Assim é que os 30% mais pobres tiveram aumento de 51%, os 40% seguintes de 42%, e os 30% superiores de 37% (note-se, por outro lado, que para o percentil superior o aumento real chegou a 46%). O coeficiente de Gini, por sua vez, diminuiu, apenas 1,1 pontos de porcentagem (59,9% para 58,8%).

Quase todo o ganho obtido em 1986 seria anulado no ano seguinte: o rendimento médio mensal para a totalidade da PEA caiu cerca de 23% em termos reais,³ queda essa que foi relativamente maior para os mais pobres. Os 30% inferiores da distribuição tiveram uma perda de 29%, os 40% seguintes de 23% e os 30% superiores experimentaram redução de 22%. Como consequência, os índices de Gini retornaram praticamente aos mesmos níveis de 1985.

A comparação de 1987 com 1983 é interessante. Embora os índices de concentração (excluindo e incluindo os membros da PEA sem rendimento) sejam muito semelhantes, os rendimentos médios aumentaram cerca de 22% no período como um todo. Para os 30% mais pobres o ganho foi de 18%. Para os 40%

³É oportuno lembrar que os dados referem-se a um único mês do ano.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO REAL MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA COM RENDIMENTO SEGUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAIS

CORTES PERCENTUAIS	RENDIMENTOS MÉDIOS										MUDANÇAS PERCENTUAIS NOS RENDIMENTOS MÉDIOS (%)		
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1985/83	1987/85	1988/87	1988/85	1988/83		
30% Inferiores	0,552	0,552	0,605	0,915	0,651	0,561	9,73	7,50	-13,79	-7,32	1,69		
40% Seguintes	1,579	1,581	1,778	2,525	1,950	1,733	12,59	9,67	-11,11	-2,51	9,75		
30% Superiores	7,643	7,483	8,783	12,015	9,344	8,944	14,92	6,39	-4,28	1,83	17,03		
Total	3,090	3,043	3,528	4,889	3,779	3,545	14,17	7,11	-6,18	0,49	14,72		
5% Superiores	20,919	20,345	24,244	33,676	25,742	25,197	15,89	6,18	-2,12	3,93	20,45		
1% Superiores	41,878	38,997	48,285	70,335	52,875	49,266	15,30	9,51	-6,83	2,03	17,64		
GINI	0,592	0,587	0,599	0,588	0,595	0,612							

(Em salários mínimos)

∞

seguintes o ganho chegou a quase 24%. Para os 30% superiores o aumento foi de 22%, sendo que para o percentil superior chegou-se a 26%.

O ano de 1988, por sua vez, registra o pior desempenho dentre os analisados: o Gini aumenta quase dois pontos de porcentagem em relação ao ano anterior, atingindo o pico histórico de 61,2%; a renda real caiu em todos os percentis — fruto da forte aceleração inflacionária — mais especialmente nos inferiores. Como resultado, o rendimento médio dos 30% inferiores da distribuição de rendimentos era em 1988 da mesma ordem de grandeza do de 1983.

A robustez desses resultados é confirmada pela Tabela 5 (a seguir), que apresenta informações referentes à distribuição "truncada" pelo critério descrito na seção anterior. Os índices de Gini diminuem ligeiramente, como seria de se esperar, bem como os rendimentos dos percentis superiores. A média dos índices da PEA com rendimento, que era de 0,5955, cai para 0,5914. Como no caso da distribuição original, não se observa nenhuma tendência clara de elevação ou redução, embora, comparando-se os anos extremos, observe-se aumento de 2,12 pontos de porcentagem.

As tabelas do Apêndice, finalmente, apresentam a distribuição de rendimentos do trabalho tanto para o total da PEA (Tabela A.1) quanto em relação à distribuição truncada (Tabela A.2) para os anos de 1983 a 1987. Os resultados confirmam aqueles apresentados acima, permitindo também concluir que a PNAD capta essencialmente a renda do trabalho. A evolução da distribuição de renda, portanto, relaciona-se direta e intimamente às condições do mercado de trabalho. A pouca importância, tanto absoluta quanto relativa, dos rendimentos da propriedade limita o alcance e abrangência da análise no que diz respeito a conclusões definitivas em relação ao que efetivamente vem ocorrendo com a distribuição de renda no Brasil. No entanto, a melhor evidência parcial é a que foi apresentada no presente artigo.

IV. CONCLUSÃO

Quando analisadas a partir das informações censitárias sobre os rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA), as décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por uma contínua deterioração na distribuição de renda. O índice de concentração de Gini para os indivíduos com rendimento passa de 0,497 em 1960 para 0,565 em 1970 e para 0,590 em 1980.

A evidência mais completa das modificações observadas na distribuição de rendimentos no final da década de 70 e início da de 80 é dada pela comparação dos resultados das PNAD de 1976, 1979 e 1981: o índice de Gini diminui de 0,589 em 1976 para 0,574 em 1979 e, finalmente, 0,562 em 1981. Esta tendência de queda do índice de Gini parecia marcar uma descontinuidade no processo de piora nos índices de concentração previamente observados. Porém, como vimos neste artigo, a evidência dos anos 80 não nos permite chegar a uma conclusão tão claramente otimista.

O índice de Gini apresenta, no início da década de 80, uma tendência levemente crescente, indicando um aumento no grau de desigualdade na recessão (de 0,562 em 1981 para 0,582 em 1983).⁴ Assim, em um primeiro momento, até 1981, o impacto do processo recessivo teria sido o de reduzir os níveis de concentração de renda. Não deixa de ser surpreendente constatar que, com o aprofundamento da recessão, embora com efeitos amenizados pela política salarial de 1983, piorou a concentração de renda. Considerando-se o período entre 1979 e 1983 a renda média real dos 30% inferiores da PEA caiu 16,3%, a dos 40% seguintes caiu 13,8%, enquanto que a dos 30% superiores caiu 10,9%. Este processo de perda absoluta e relativa de renda pelas classes médias e baixas resultou no observado aumento dos índices de concentração (de 0,574 em 1979 para 0,582 em 1983).

A análise do período pós-1983 foi feita a partir dos dados das PNAD de 1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988. Analisando-se a distribuição pessoal de renda dos indivíduos com rendimento positivo observa-se que os índices de concentração, cuja tendência era crescente no início da década, mantêm esta

⁴Estes dados, obtidos de Bonelli e Sedlacek (1989) diferem dos da Tabela 3 por estarem calculados a partir da distribuição decíclica. O uso de dados individuais eleva ligeiramente o coeficiente de Gini.

tendência no período de análise, considerados os anos extremos. O índice de Gini passa de 0,592 em 1983, para 0,587 em 1984, para 0,599 em 1985, para 0,588 em 1986, para 0,595 em 1987 e, finalmente, para 0,612 em 1988 (veja Tabela 3).

A mudança importante observada entre 1985 e 1986 indica uma redução no nível de desigualdade associada ao modesto redistributivismo do período do Plano Cruzado. A evidência indica a não persistência destes resultados no período pós-Cruzado. A comparação dos resultados de 1985 com os de 1987, e destes com os de 1988, mostra que os ganhos obtidos em 1986 foram perdidos.

Nota-se um comportamento similar, porém menos acentuado, quando incluímos os indivíduos sem rendimento na análise. O Gini evolui de 0,6305 em 1983, para 0,6273 em 1984, para 0,6371 em 1985, para 0,6200 em 1986, para 0,6237 em 1987 e para 0,6433 em 1988. Neste caso, o índice de Gini de 1987 cresce ligeiramente em relação a 1986 — porém ainda se mantém abaixo do de 1985. O índice de 1988 mostra um novo agravamento na distribuição de renda.

As evidências apresentadas indicam, portanto, que passado o período recessivo, os índices de Gini aumentaram em alguns anos da retomada do crescimento econômico, tendo retornado aos níveis prevaletentes dez anos antes: o índice de 1987 é praticamente igual ao de 1976. Conclui-se também que o impacto do Plano Cruzado, um retorno aos níveis de desigualdade de 1979, foi transitório. Finalmente, observamos que um aspecto da crise econômica e reaceleração inflacionária de 1988 foi um agravamento da desigualdade de renda no país para índices nunca antes alcançados.

É possível portanto especular no sentido de que notamos neste texto, novamente, evidências de ruptura na relação histórica entre crescimento econômico e concentração de renda no Brasil. Assim é que no primeiro período (entre 1983 e 1985) caracterizado por recuperação do crescimento econômico e condições favoráveis no mercado de trabalho, observa-se crescimento da renda média de todos os grupos, porém com crescimento mais acelerado para os mais ricos. Isto está de acordo com a evidência histórica de crescimento econômico e concentração de renda negativamente correlacionados no modelo brasileiro de desenvolvimento, a exemplo do que ocorreu nas décadas de 60 e 70, quando observadas de seus extremos. Uma importante qualificação em relação aos anos 70, no entanto, é a de que até 1976 aumentou a concentração da renda pessoal

e, daí até 1979, diminuiu a concentração. No segundo subperíodo dos anos 80 (1985 a 1988), porém, observamos que a renda média de todos os trabalhadores permaneceu quase que estável (cresceu somente 0,49%) tendo, no entanto, os grupos mais pobres sofrido uma redução real tanto maior quanto mais pobre foi o grupo. As dificuldades econômicas e a aceleração inflacionária deste período (à exceção de 1986) tiveram como uma de suas características principais o fato de os mais ricos terem conseguido se proteger de forma mais adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONELLI, R. & SEDLACEK, G.L. (1989). Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século. In: SEDLACEK, G.L. & PAES DE BARROS, R. eds. Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1989. (Série Monográfica, 35).
- HOFFMANN, R. (1989). Evolução da Distribuição da Renda no Brasil, Entre Pessoas e Entre Famílias, 1970/86. In: SEDLACEK, G.L. & PAES DE BARROS, R. eds. op.cit.

APÊNDICE

TABELA A.1

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO (DO TRABALHO DE TODOS OS EMPREGOS) REAL
 MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO SEGUNDO AS CLASSES DE PORCENTUAIS

Cortes Percentuais	1983				1984				1985			
	% do Rendimento		Rendimento Real Mensal		% do Rendimento		Rendimento Real Mensal		% do Rendimento		Rendimento Real Mensal	
	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas
10	0,95	0,2766	0,2766	0,2472	0,86	0,86	0,2472	0,75	0,75	0,2500	0,2500	
10	1,78	0,5206	0,3986	0,5225	1,81	2,66	0,3848	1,72	2,47	0,5760	0,4130	
10	2,75	0,8047	0,5340	0,8177	2,83	5,49	0,5291	2,73	5,20	0,9150	0,5803	
10	3,49	1,0197	0,6554	1,0091	3,49	8,98	0,6491	3,30	8,50	1,1050	0,7115	
10	4,30	13,27	0,7757	1,2285	4,25	13,23	0,7650	4,18	12,68	1,3990	0,8690	
10	5,64	18,91	0,9210	1,6468	5,70	18,93	0,9120	5,51	18,19	1,8440	1,0148	
10	7,44	26,35	1,0998	2,1773	7,53	26,47	1,0927	7,36	25,54	2,4640	1,2219	
10	10,41	36,76	1,3426	3,0226	10,46	36,92	1,3340	10,34	35,88	3,4620	1,5019	
10	16,59	53,35	1,7319	4,7177	16,32	53,25	1,7099	16,49	52,37	5,5210	1,9484	
10+	46,65	100,00	2,9217	13,5122	46,75	100,00	2,8902	47,63	100,00	15,9470	3,3463	
5+	33,05	19,3148	19,3148	19,1648	33,15	19,1648	19,1648	33,90	100,00	22,7010	3,3463	
1+	13,09	38,2553	38,2553	37,1186	12,84	37,1186	37,1186	13,30	100,00	44,5380	3,3463	
GINI		0,5848		0,5847		0,5847				0,5955		
GINI (Inclusivo de indivíduos sem rendimento)		0,6257		0,6259		0,6259				0,6353		
		1986		1987		1987						
10	0,95	0,4420	0,4420	0,2782	0,78	0,78	0,2782	0,78	0,78	0,2782	0,2782	
10	2,05	0,9525	0,6973	0,6536	1,83	2,61	0,4659	1,83	2,61	0,6536	0,4659	
10	2,73	1,2687	0,8877	0,9379	2,61	5,25	0,6232	2,61	5,25	0,9379	0,6232	
10	3,32	1,5412	1,0511	1,1765	3,30	8,55	0,7616	3,30	8,55	1,1765	0,7616	
10	4,40	13,45	1,2494	1,5536	4,36	12,91	0,9200	4,36	12,91	1,5536	0,9200	
10	5,71	19,16	1,4834	2,0458	5,74	18,65	1,1076	5,74	18,65	2,0458	1,1076	
10	7,46	26,62	1,7668	2,7001	7,58	26,23	1,7001	7,58	26,23	2,7001	1,7001	
10	10,30	36,93	2,1440	3,7447	10,51	36,74	2,1440	10,51	36,74	3,7447	2,1440	
10	15,91	52,84	2,7271	5,8779	16,50	53,23	2,7271	16,50	53,23	5,8779	2,7271	
10+	47,16	100,00	4,6450	16,6647	46,77	100,00	4,6450	46,77	100,00	16,6647	4,6450	
5+	33,74	31,3482	31,3482	23,6566	33,19	23,6566	23,6566	33,19	23,6566	23,6566	23,6566	
1+	13,87	64,4058	64,4058	47,6168	13,36	47,6168	47,6168	13,36	47,6168	47,6168	47,6168	
GINI		0,5837		0,5888		0,5888						
GINI (Inclusivo de indivíduos sem rendimento)		0,6165		0,6226		0,6226						

APENDICE
TABELA A.2
DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO (DO TRABALHO DE TODOS OS EMPREGOS) REAL
MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO SECUNDO AS CLASSES DE PERCENTUAIS
TRUNCADA

Cortes Percentuais	1983			1984			1985		
	% do Rendimento		Rendimento Real Mensal	% do Rendimento		Rendimento Real Mensal	% do Rendimento		Rendimento Real Mensal
	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	Da Classe Percentual Acumuladas	Das Classes Percentual Acumuladas	
10	0,96	0,2766	0,2766	0,86	0,86	0,2472	0,75	0,75	0,2490
10	1,80	0,5205	0,3985	1,82	2,68	0,5225	1,74	2,49	0,5760
10	2,79	0,8045	0,5339	2,85	5,53	0,8175	2,76	5,25	0,9150
10	3,53	1,0196	0,6553	3,51	9,04	1,0090	3,33	8,58	1,1050
10	4,35	1,2567	0,7756	4,28	13,32	1,2282	4,22	12,80	1,3990
10	5,70	1,6472	0,9209	5,73	19,06	1,6463	5,56	18,35	1,8430
10	7,52	2,1719	1,0996	7,58	26,64	2,1764	7,43	25,78	2,4630
10	10,53	3,0398	1,3421	10,52	37,16	3,0210	10,43	36,21	3,4590
10	16,77	4,8419	1,7310	16,52	53,58	4,7135	16,63	52,84	5,5170
10+	46,06	100,00	2,8879	46,42	100,00	13,3278	47,16	100,00	15,6430
5+	32,32	18,6698		32,76	18,8113		33,33	22,1080	
1+	12,23	35,3088		12,40	35,6134		12,63	41,8780	
GINI		0,5802			0,5821			0,5919	
GINI (Inclusivos Individuos sem Rendimentos)		0,6212			0,6434			0,6318	
1986									
10	0,97	0,4420	0,4420	0,79	0,79	0,2781	0,75	0,75	0,2781
10	2,08	0,9523	0,6972	1,86	2,65	0,6535	1,74	2,49	0,4658
10	2,77	1,2685	0,8876	2,66	5,31	0,9379	2,76	5,25	0,6232
10	3,36	1,5408	1,0509	3,34	8,65	1,1763	3,33	8,58	0,7614
10	4,46	1,943	1,2491	4,41	13,07	1,5531	4,22	12,80	0,9198
10	5,79	2,6529	1,6831	5,81	18,88	2,0452	5,56	18,35	1,1074
10	7,57	3,4655	1,7663	7,67	26,54	2,6987	7,43	25,78	1,3167
10	10,44	4,7826	2,1433	10,64	37,18	3,7437	10,43	36,21	1,6158
10	16,13	7,3849	2,7257	16,68	53,85	5,8701	16,63	52,84	2,1083
10+	46,44	100,00	4,5797	46,15	100,00	16,2433	47,16	100,00	3,5200
5+	32,85	30,0870		32,43	22,8290		33,33	22,1080	
1+	12,79	58,5828		12,45	43,8239		12,63	41,8780	
GINI		0,5780			0,5839			0,5919	
GINI (Inclusivos Individuos sem Rendimentos)		0,6110			0,6180			0,6318	

